



TCEPR

**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO PARANÁ**

**ANÁLISE DE
CONSISTÊNCIA DOS
DADOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL DO PREFEITO
MUNICIPAL**

ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Manuais, participação da sociedade, previsão de receitas e
fixação de despesas



PROGOV

Sumário

INTRODUÇÃO.....	3
COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?.....	4
ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO	5
SOBRE O TEMA.....	6
LITERATURA SUGERIDA.....	6
QUESTÕES A SEREM VERIFICADAS	7
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	9
PROCEDIMENTOS GERAIS	9
PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS.....	10
Item 1 - O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?	10
Item 2 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?	10
Item 3 - O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua a Lei Orçamentária Anual?	10
Item 4 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?	10
Item 5 – O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023?.....	11
Item 6 – O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023?	11
Item 7 – Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	11
Item 8 - Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?	11
Item 9 - Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?	11
Item 10 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?	11
Item 11 - A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	12
Item 12 - A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?.....	12
Item 13 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?	12

Item 14 - A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?..... 12

Item 15 - As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?..... 13

ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(A)
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 14

ANEXO II – FORMULÁRIO DE AUDITORIA (CHECKLIST)..... 0

ANEXO III - POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES APLICÁVEIS 7

INTRODUÇÃO

Com a reformulação do processo de emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos prefeitos paranaenses, concebida no ano de 2022, a apreciação do desempenho anual do governo passou a considerar o grau de implementação de ações que estão sob a responsabilidade do chefe do poder executivo municipal nas áreas da educação, saúde, assistência social, transparência e relacionamento com o cidadão, administração financeira e previdência social.

Para isso, foi inserida a **Avaliação da Atuação Governamental** como parte integrante do Parecer Prévio. Esse instrumento busca mensurar o desempenho do governo em cada uma das áreas avaliadas com base em informações e documentos fornecidos diretamente por agentes públicos municipais, denominados de **interlocutores**, tais como secretários e gestores responsáveis por processos específicos na área de finanças.

A diversificação da base de interlocutores resultou na participação de mais de 21.000 pessoas no ano de 2023, fato que, além de implicar mais legitimidade ao processo, limita a possibilidade de ações coordenadas com intuito de inflar inapropriadamente a nota obtida pelos governos municipais na Avaliação da Atuação Governamental.

Apesar disso, tendo em vista a grande quantidade de aspectos avaliados no processo e considerando a necessidade de fomentar um amplo e irrestrito diagnóstico das políticas a todas as partes interessadas, tais como as instituições de controle, as câmaras municipais, a sociedade e os próprios municípios avaliados, torna-se necessário avançar na definição de mecanismos de assecuração da confiabilidade e integridade das informações fornecidas anualmente pelos interlocutores.

Diante disso, este documento tem por objetivo estabelecer procedimentos para orientar as unidades de controle interno municipais, as entidades de controle social, o próprio Tribunal de Contas e demais interessados na **análise de consistência dos dados** fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?

Conforme ressaltado anteriormente, a proposta deste documento é estabelecer procedimentos que permita aferir a consistência dos dados fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

Contudo, a aplicação dos procedimentos sugeridos neste trabalho também pode resultar na elaboração de relatórios com a identificação de achados e a emissão de recomendações para que a gestão municipal adeque os seus processos de modo a melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados à população.

Para alcançar os resultados esperados com a aplicação dos procedimentos, sugere-se que este documento seja utilizado a partir dos seguintes passos:



Leitura do documento na íntegra, o que propiciará ao usuário um conhecimento geral do assunto tratado e dos procedimentos a serem realizados.



Leitura da LITERATURA SUGERIDA, de modo que o usuário tenha condições de aprofundar o seu conhecimento no assunto tratado. Esta ação deve ser realizada a critério do usuário, considerando o seu conhecimento prévio sobre o assunto e o tempo disponível para a atividade.



Solicitação, à gestão municipal e ao(à) gestor(a) municipal da área de finanças, dos documentos que subsidiarão os procedimentos, ficando a critério do usuário a utilização do modelo sugerido no ANEXO I.



Preenchimento do ANEXO II - FORMULÁRIO DE AUDITORIA (CHECKLIST), cujos quesitos devem ser respondidos considerando as orientações dos PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS referenciados na coluna “PE”.



Os quesitos que forem respondidos com “**não**” indicarão a existência do achado referenciado na coluna “**possíveis achados**”, no ANEXO II - FORMULÁRIO DE AUDITORIA (CHECKLIST). Os achados estão especificados no ANEXO III - POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES, acompanhados de possíveis recomendações aplicáveis.

ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO

Este documento estabelece procedimentos de análise de consistência de dados para os Itens de Verificação **07 – Processo de empenho da despesa**, **08 – Processo de liquidação da despesa** e **09 – Processo de pagamento da despesa**, inseridos na questão **03 – Execução da despesa orçamentária** da área de **Administração Financeira**.

Áreas	Educação	Saúde	Assistência Social	Transparência e Relacionamento	Administração Financeira	Previdência Social		
Questões	Q01. Elaboração do Planejamento Orçamentário	Q02. Revisão do planejamento orçamentário	Q03. Execução da despesa orçamentária	Q04. Obrigações financeiras	Q05. Arrecadação tributária	Q06. Dívida ativa	Q07. Sistemas de informação	Q08. Gestão de pessoas
Itens de Verificação	IV01. Manuais para elaboração dos inst. Orçamentários	IV04. Manuais para revisão e mon. Dos inst. Orçamentários	IV07. Processo de empenho da despesa	IV10. Processos de Inscrição e cancel. de restos a pagar	IV13. Processo tributário	IV17. Processos de cobrança da dívida ativa	IV19. Regulamentação do sistema de AFO	IV21. Recursos humanos da Administração Tributária
	IV02. Participação da sociedade na elaboração do orçam.	IV05. Ações de revisão e mon. dos inst. orçamentários	IV08. Processo de liquidação da despesa	IV11. Gestão de dívida	IV14. Gestão do IPTU	IV18. Transparência e mensuração da dívida ativa	IV20. Adequação do sistema de AFO	IV22. Recursos humanos da Contabilidade
	IV03. Previsão de receitas e fixação de despesas	IV06. Acompanhamento da execução dos inst. orçamentários	IV09. Processo de pagamento da despesa	IV12. Gestão de riscos fiscais	IV15. Gestão do ITBI			IV23. Recursos humanos do Controle Interno
					IV16. Gestão do ISS			

SOBRE O TEMA

Elaboração do Planejamento Orçamentário

A elaboração de um orçamento público é um processo essencial e complexo para a gestão eficaz dos recursos de uma cidade. No Brasil, esse processo é guiado por diversas normas legais que garantem transparência e responsabilidade fiscal.

A Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 formam a base legal para a elaboração do orçamento. A LRF destaca a importância da transparência e do controle social, exigindo audiências públicas no processo orçamentário. O cumprimento dessas normas é crucial para que o orçamento atenda às necessidades da população.

Um bom planejamento orçamentário é fundamental para a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Com isso, é necessário que o município possua manuais para a elaboração dos instrumentos orçamentários, e que esses documentos estejam disponibilizados no site oficial. Além disso, a realização de debates, audiências e consultas públicas durante a elaboração das propostas do PPA, LDO e LOA são de fundamental importância.

A elaboração do orçamento público é complexa e exige que a previsão das receitas seja baseada em dados e coeficientes oficiais para garantir a precisão dos dados, tais como: receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), FUNDEB, repasses estaduais do ICMS, além das estimativas de arrecadação do IPTU, entre outras fontes de informação.

As dotações orçamentárias na LOA devem ser suficientes para a execução das atividades planejadas. A inclusão de dotações irrisórias deve ser evitada, pois pode comprometer a eficácia do orçamento. A fixação das despesas com pessoal, considerando revisões gerais anuais e o crescimento da folha de pagamentos, é outro foco importante para um bom planejamento.

Além disso, os programas estabelecidos para Educação, Saúde e Assistência Social no PPA devem estar alinhados com os planos específicos dessas áreas. Esse alinhamento é crucial para garantir que os recursos sejam direcionados de maneira eficaz e que as metas estabelecidas sejam alcançadas, promovendo o bem-estar da população.

LITERATURA SUGERIDA

- [Constituição Federal de 1988](#), artigos 165 a 169.
- [Lei nº 4.320/1964](#): artigos 1º a 32.
- [Lei Complementar nº 101/2000](#): artigo 5º, 12 e 13.
- [Manual Técnico de Orçamento – Secretaria de Orçamento Federal](#).

QUESTÕES A SEREM VERIFICADAS

Item	Questão Auxiliar	Id ProGov
	Manuais para elaboração dos instrumentos orçamentários	
Q01	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?	
Q02	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?	
Q03	O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua a Lei Orçamentária Anual?	
Q04	O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?	
	Participação da sociedade na elaboração do orçamento	
Q05	O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023?	
Q06	O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023?	
Q07	Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	
Q08	Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?	
Q09	Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?	
	Previsão de receitas e fixação de despesas	
Q10	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?	
Q11	A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	
Q12	A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?	
Q13	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?	
Q14	A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?	

Q15	As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?	
-----	--	--

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

PROCEDIMENTOS GERAIS

PG01. Selecionar a entidade em que será realizado o procedimento:

PG02. Solicitar ao(a) gestor(a) da entidade os documentos abaixo discriminados:

Documento	
D1	Manual de elaboração do Plano Plurianual.
D2	O URL específico onde o manual de elaboração do Plano Plurianual (PPA) está disponível no site do município.
D3	Manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual vigente.
D4	O URL específico onde o manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) está disponível no site do município.
D5	Anúncios e editais publicados no Diário Oficial do Município ou em outras mídias oficiais que informam sobre a realização de debates, audiências e/ou consultas públicas realizadas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023.
D6	Registro de atas e/ou relatórios de debates, audiências e/ou consultas públicas realizadas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023.
D7	O URL da transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023.
D8	Plano Plurianual 2022-2025.
D9	Plano Municipal de Educação vigente.
D10	Plano Municipal de Saúde vigente.
D11	Plano Municipal de Assistência Social vigente.
D12	Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023
D13	Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do repasse do FPM para 2023
D14	Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do repasse de ICMS para 2023
D15	Estimativa de arrecadação do IPTU elaborada pelo setor tributário do município para 2023
D16	Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do FUNDEB para 2023
D17	Previsões da revisão geral anual (reajustes salariais) que foram consideradas para 2023
D18	Cálculo do crescimento vegetativo da folha de pagamentos, incluindo promoções, progressões, admissões, e desligamentos para 2023
D19	Execução orçamentária 2021 e 2022 (pode alterar de acordo com o escopo)

PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

Item 1 - O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?

PE1.1. Verificar se D1 contém instruções a respeito da avaliação da situação atual do município.

PE1.2. Verificar se D1 contém instruções a respeito da participação popular na elaboração do Plano.

PE1.3. Verificar se D1 contém instruções a respeito da definição dos recursos disponíveis por órgão/entidade.

PE1.4. Verificar se D1 contém instruções a respeito do levantamento, por órgão/entidade, das ações em andamento e das novas ações propostas (a cargo das unidades setoriais).

PE1.5. Verificar se D1 contém instruções a respeito da definição dos programas setoriais pelos órgãos/entidades adequando-os aos recursos disponíveis e à orientação estratégica.

PE1.6. Verificar se D1 contém instruções a respeito da consolidação e validação dos Programas finais que compõem o PPA.

Item 2 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?

PE2.1. Verificar se D2 é uma URL válida.

PE2.2. Verificar se o documento pode ser visualizado ou baixado sem restrições.

PE2.3. Verificar se é a mesma versão do documento disponibilizado em D1.

Item 3 - O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua Lei Orçamentária Anual?

PE3.1. Verificar se D3 contém instruções a respeito da classificação da receita orçamentária.

PE3.2. Verificar se D3 contém instruções a respeito da classificação da despesa orçamentária.

PE3.3. Verificar se D3 contém instruções a respeito da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PE3.4. Verificar se D3 contém instruções a respeito da proposta orçamentária, contemplando sua compatibilidade com o PPA e a LDO.

PE3.5. Verificar se D3 contém instruções a respeito do cálculo de estimativas da receita e da despesa orçamentária.

PE3.6. Verificar se D3 contém instruções a respeito das alterações orçamentárias e acompanhamento da execução.

Item 4 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?

PE4.1. Verificar se D4 é uma URL válida.

PE4.2. Verificar se o documento pode ser visualizado ou baixado sem restrições.

PE4.3. Verificar se é a mesma versão do documento disponibilizado em D3

Item 5 – O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023?

PE5.1. Verificar se em D5 os anúncios e editais publicados possuem data, hora, local e propósito da audiência.

PE5.2. Verificar se D6 possui todas as informações que comprovem que os debates e as audiências públicas e/ou consultas públicas realmente ocorreram.

Item 6 – O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023?

P6.1. Verificar se D7 é uma URL válida.

PE6.2. Verificar se a data de transmissão de D7 é a mesma de D5 e D6.

Item 7 – Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?

P7.1. Comparar as metas e estratégias estabelecidas no PPA (D8) com aquelas do PME (D9) a fim de identificar pontos de convergência e divergência.

Item 8 - Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?

PE8.1. Comparar as metas e estratégias estabelecidas no PPA (D8) com aquelas do PMS (D10) a fim de identificar pontos de convergência e divergência.

Item 9 - Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?

PE9.1. Comparar as metas e estratégias estabelecidas no PPA (D8) com aquelas do PMAS (D11) a fim de identificar pontos de convergência e divergência.

Item 10 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?

PE10.1. Analisar se há em D3 a previsão para que as receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sejam estimadas a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal.

PE10.2. Analisar a metodologia de cálculo da previsão de receitas com o repasse do FPM (D13) e comparar com os valores estimados no planejamento orçamentário do município (D12).

Item 11 - A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?

PE11.1. Analisar se há em D3 a previsão para que as receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município sejam estimadas a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)

PE11.2. Analisar a metodologia de cálculo da previsão das receitas com o repasse de ICMS (D14) e comparar com os valores estimados no planejamento orçamentário do município (D12).

Item 12 - A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?

PE12.1. Analisar se há em D3 a previsão para que as receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sejam calculadas a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município.

PE12.2. Analisar a estimativa de arrecadação do IPTU elaborada pelo setor tributário (D15) e comparar com os valores estimados no planejamento orçamentário do município (D12).

Item 13 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?

PE13.1. Analisar se há em D3 a previsão para que as receitas provenientes do FUNDEB sejam calculadas a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF).

PE13.2. Analisar a metodologia de cálculo das previsões das receitas do FUNDEB (D16) e comparar com os valores estimados no planejamento orçamentário do município (D12).

Item 14 - A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?

PE14.1. Analisar se há em D3 a previsão para que a fixação das rubricas das despesas com pessoal seja realizada levando em consideração a previsão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamento.

PE14.2. Comparar as previsões de revisão geral anual (D17) e de crescimento vegetativo (D18) com as rubricas de despesas com pessoal no planejamento orçamentário (D12).

Item 15 - As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?

PE15.1. Comparar as dotações orçamentárias previstas na LOA (D12) com os gastos históricos das mesmas rubricas em exercícios anteriores (D19).

PE15.2. Verificar se os valores alocados são consistentes com as necessidades históricas. Dotações significativamente menores sem justificativa plausível podem indicar valores irrisórios.

ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assunto: Solicitação de documentos para auditoria interna

Prezado(a) Sr.(a) [Nome do(a) Secretário(a) ou Gestor(a)],

No exercício de nossas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, a [Nome da Unidade de Controle Interno] está realizando um procedimento de auditoria interna focado na elaboração do orçamento anual por parte desta [nome do órgão auditado]. Esta iniciativa faz parte do nosso compromisso contínuo com a melhoria da qualidade, conformidade e eficiência dos procedimentos administrativos do Município, especialmente no que diz respeito aos procedimentos orçamentários.

O objetivo do trabalho é aferir a adequação do processo de elaboração do orçamento anual, bem como verificar a consistência dos dados informados nos questionários respondidos pelos interlocutores municipais no âmbito da prestação de contas anual do governo municipal.

As conclusões desta auditoria não somente nos auxiliarão a entender melhor as práticas correntes, mas também poderão resultar na emissão de recomendações específicas para aprimoramento dos processos em questão.

Nesse sentido, solicitamos gentilmente que nos forneça os seguintes documentos e informações:

- Manual de elaboração do Plano Plurianual;
- O URL específico onde o manual de elaboração do Plano Plurianual (PPA) está disponível no site do município;
- Manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual vigente;
- O URL específico onde o manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) está disponível no site do município;
- Anúncios e editais publicados no Diário Oficial do Município ou em outras mídias oficiais que informam sobre a realização de debates, audiências e/ou consultas públicas realizadas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023;
- Registro de atas e/ou relatórios de debates, audiências e/ou consultas públicas realizadas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023;
- O URL da transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023;
- Plano Plurianual 2022-2025;
- Plano Municipal de Educação vigente;
- Plano Municipal de Saúde vigente;
- Plano Municipal de Assistência Social vigente;
- Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023;

- Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do repasse do FPM para 2023;
- Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do repasse de ICMS para 2023;
- Estimativa de arrecadação do IPTU elaborada pelo setor tributário do município para 2023;
- Metodologia de cálculo da previsão das receitas provenientes do FUNDEB para 2023;
- Previsões da revisão geral anual (reajustes salariais) que foram consideradas para 2023;
- Cálculo do crescimento vegetativo da folha de pagamentos, incluindo promoções, progressões, admissões, e desligamentos para 2023;
- Execução orçamentária 2021 e 2022 (pode alterar de acordo com o escopo).

Agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Por favor, encaminhe os documentos solicitados até **[data limite]**, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho de auditoria.

Atenciosamente,

[Seu Nome]

[Seu Cargo]

[Contato]

[Email da Unidade de Controle Interno]

ANEXO II – FORMULÁRIO DE AUDITORIA (CHECKLIST)

Item 1. O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito da avaliação da situação atual do município?	PE1.1				AC01	
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito da participação popular na elaboração do Plano?	PE1.2					
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito da definição dos recursos disponíveis por órgão/entidade?	PE1.3					
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito do levantamento, por órgão/entidade, das ações em andamento e das novas ações propostas (a cargo das unidades setoriais)?	PE1.4					
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito da definição dos programas setoriais pelos órgãos/entidades adequando-os aos recursos disponíveis e à orientação estratégica?	PE1.5					
O Manual de Elaboração do PPA contém instruções a respeito da consolidação e validação dos Programas finais que comporão o PPA?	PE1.6					

Item 2 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A URL é válida?	PE2.1				AC02	
O documento pode ser visualizado ou baixado sem restrições?						
O documento que pode ser acessado pela URL é o mesmo encaminhado para atender a Questão 01?						

Item 3 - O Município possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua a Lei Orçamentária Anual?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O Manual de Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) contém instruções a respeito da classificação da receita orçamentária?	PE3.1				AC03	
O Manual de Elaboração da LOA contém instruções a respeito da classificação da despesa orçamentária?						
O Manual de Elaboração da LOA contém instruções a respeito da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias?						
O Manual de Elaboração da LOA contém instruções a respeito da proposta orçamentária, contemplando sua compatibilidade com o PPA e a LDO?						
O Manual de Elaboração da LOA contém instruções a respeito do cálculo de estimativas da receita e da despesa orçamentária?						
O Manual de Elaboração da LOA contém instruções a respeito das alterações orçamentárias e acompanhamento da execução?						

Item 4 - O Município disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A URL é válida?	PE4.1				AC04	
O documento pode ser visualizado ou baixado sem restrições?						
O documento que pode ser acessado pela URL é o mesmo encaminhado para atender a Questão 03?						

Item 5 – O Município realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Os anúncios e editais publicados possuem data, hora, local e propósito da audiência?	PE5.1				AC05	
O registro de atas ou relatório de debates, audiências e/ou consultas públicas realizadas possui todas as informações que comprovem que os debates e as audiências públicas e/ou consultas públicas realmente ocorreram?	PE5.2					

Item 6 – O Município realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A URL é válida?	PE6.1				AC06	
A data de transmissão dos debates, audiências e consultas é a mesma dos anúncios e editais e dos registros de atas e/ou relatórios?	PE6.2					

Item 7 – Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Os programas estabelecidos para a educação no PPA estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	PE7.1				AC07	

Item 8 – Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Os programas estabelecidos para a educação no PPA estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde?	PE8.1				AC08	

Item 9 - Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Os programas estabelecidos para a educação no PPA estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Assistência Social?	PE9.1				AC09	

Item 10 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
No manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual há previsão para que as receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sejam estimadas a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal?	PE10.1				AC10	
Os valores estimados no planejamento orçamentário do município estão em linha com a metodologia de cálculo da previsão de receitas com o repasse do FPM?						

Item 11 - A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
No manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual há a previsão para que as receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município sejam estimadas a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	PE11.1				AC11	
Os valores estimados no planejamento orçamentário do município estão em linha com a metodologia de cálculo da previsão das receitas com o repasse de ICMS?						

Item 12 - A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
No manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual há a previsão para que as receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sejam calculadas a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município?	PE12.1				AC12	
Os valores estimados no planejamento orçamentário do município estão em linhas com a estimativa de arrecadação do IPTU elaborada pelo setor tributário?						

Item 13 - A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
No manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual vigente há previsão para que as receitas provenientes do FUNDEB sejam calculadas a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF)?	PE13.1				AC13	
Os valores estimados no planejamento orçamentário do município estão em linha com a metodologia de cálculo das previsões das receitas do FUNDEB?						

Item 14 - A fixação das rubricas das despesas com pessoal é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
No manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual vigente há previsão para que a fixação das rubricas das despesas com pessoal seja realizada levando em consideração a previsão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamento?	PE14.1				AC14	
As previsões de revisão geral anual e de crescimento vegetativo estão em linha com as rubricas de despesas com pessoal no planejamento orçamentário?						

Item 15 - As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?

Quesito	PE	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
As dotações orçamentárias previstas na LOA estão em linha com os gastos históricos das mesmas rubricas em exercícios anteriores?	PE15.1				AC15	
Os valores alocados são consistentes com as necessidades históricas?	PE15.2					

ANEXO III - POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES APLICÁVEIS

Possíveis achados		Possíveis recomendações aplicáveis
AC01	O Município não possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o seu Plano Plurianual ou o manual é incompleto.	Publicar manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborado o Plano Plurianual, contendo, no mínimo, as instruções a respeito da avaliação da situação atual do município, da participação popular, da definição dos recursos disponíveis, do levantamento das ações em andamento e das novas ações propostas, da definição dos programas setoriais, da consolidação e validação dos programas finais que comporão o PPA.
AC02	O Município não disponibiliza em seu site o manual de elaboração do PPA	Disponibilizar no sítio eletrônico da prefeitura manual de elaboração do PPA.
AC03	O Município não possui manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada sua a Lei Orçamentária Anual.	Publicar manual próprio que estabeleça a forma como deve ser elaborada a Lei Orçamentária anual, contendo, no mínimo, instruções a respeito da classificação da receita orçamentária, instruções a respeito da classificação da despesa orçamentária, instruções a respeito da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instruções a respeito da proposta orçamentária, contemplando sua compatibilidade com o PPA e a LDO, instruções a respeito do cálculo de estimativas da receita e da despesa orçamentária, instruções a respeito das alterações orçamentárias e acompanhamento da execução.
AC04	O Município não disponibiliza em seu site o manual de elaboração da LOA.	Disponibilizar no sítio eletrônico da prefeitura manual de elaboração do PPA.
AC05	O Município não realizou debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023 e da Lei Orçamentária Anual 2023.	Realizar debates, audiências e/ou consultas públicas durante a elaboração das propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual dos próximos exercícios financeiros.
AC06	O Município não realizou a transmissão dos debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023.	Transmitir os debates, audiências e consultas públicas realizadas durante a elaboração da LDO 2023 da LOA 2023.
AC07	Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual 2022-2025 não estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação.	Propor alteração do Plano Plurianual de modo a promover a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Educação.
AC08	Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual 2022-2025 não estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde.	Propor alteração do Plano Plurianual de modo a promover a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Saúde.
AC09	Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual 2022-2025 não estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social	Propor alteração do Plano Plurianual de modo a promover a compatibilizá-lo com o Plano Municipal de Assistência Social.
AC10	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não é estimada a partir dos coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o cálculo da quota municipal.	Adotar os coeficientes disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para estimar as receitas provenientes do FPM.

AC11	A previsão das receitas provenientes do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao Município não é estimada a partir do Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR).	Adotar o IPM disponibilizado pela SEFA-PR para estimar as receitas provenientes do repasse do ICMS.
AC12	A previsão das receitas provenientes da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculada a partir da estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município.	Adotar a estimativa de arrecadação elaborada pelo setor tributário do Município para estimar as receitas provenientes da arrecadação do IPTU.
AC13	A previsão das receitas provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) não é calculada a partir do número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e do valor anual por aluno (VAAF).	Adotar a metodologia que considera o número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e valor anual por aluno (VAAF) para estimar as receitas provenientes do FUNDEB.
AC14	A fixação das rubricas das despesas com pessoal não é realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos.	Adotar as estimativas de revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos para a fixação das rubricas das despesas com pessoal.
AC15	As dotações orçamentárias previstas originalmente na Lei Orçamentária Anual vigente possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória.	Incluir dotações nas próximas LOA's considerando-se as necessidades efetivas dos órgãos, os programas incluídos no PPA e as limitações orçamentárias e financeiras do Município, de modo que a Lei Orçamentária reflita a realidade financeira do Município.